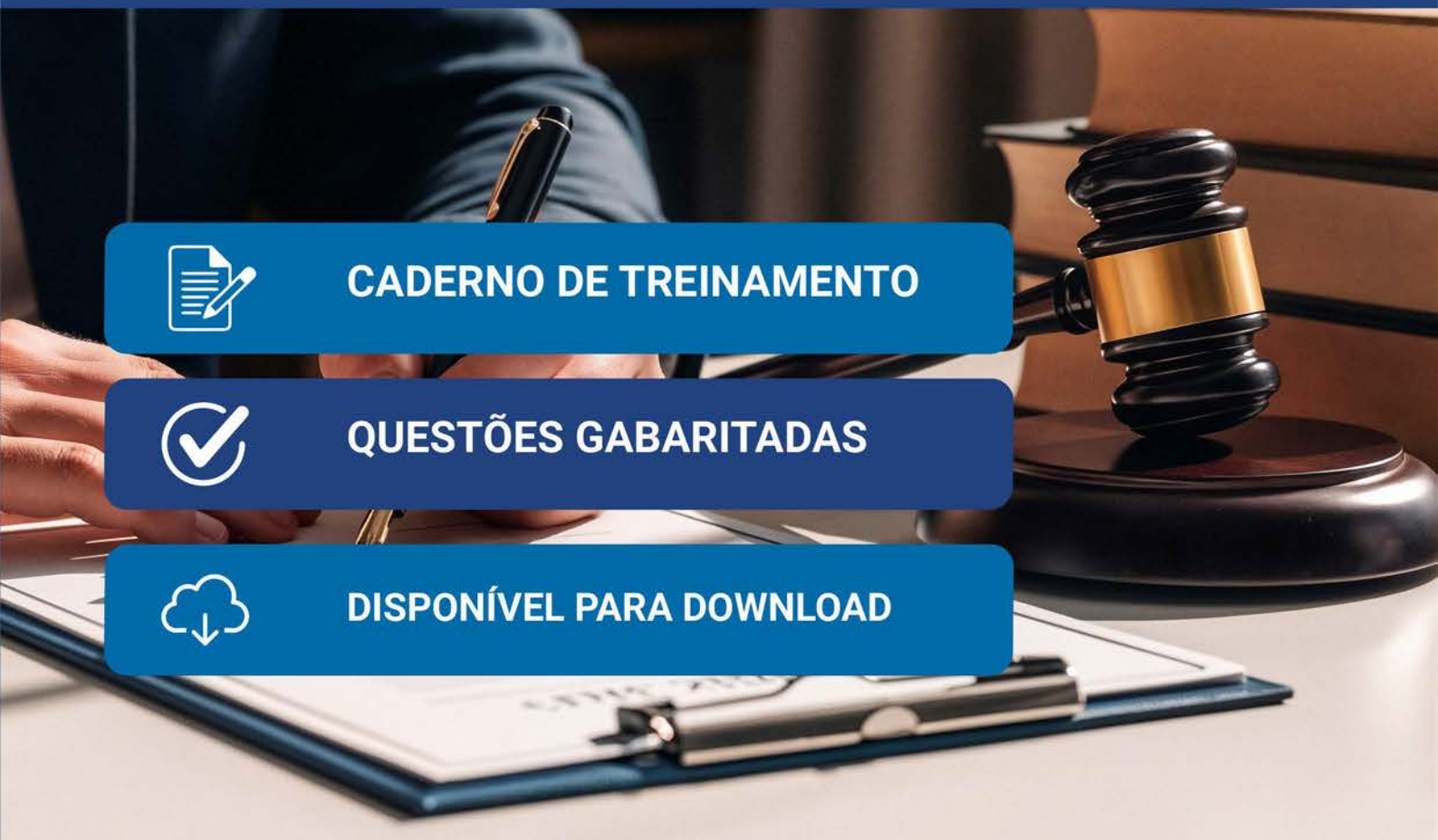
Maxi educa

500 QUESTÕES

TRT-4

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA



- CADERNO DE TREINAMENTO
- QUESTÕES GABARITADAS
- DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é ápenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

TRT-4

500 Questões Gabaritadas

Analista Judiciário – Área Judiciária

LÍNGUA PORTUGUESA
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 35

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 16

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 18

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 17

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 15

DIREITO CONSTITUCIONAL
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 16

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES..... **1**
GABARITO..... **17**

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÕES..... **1**
GABARITO..... **19**

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÕES..... **1**
GABARITO..... **19**

DIREITO CIVIL

QUESTÕES..... **1**
GABARITO..... **16**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES..... **1**
GABARITO..... **16**

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2025)

Para responder a questão seguinte, leia o texto seguinte.

Desistir

Sempre será mais fácil desistir antes da partida. A tentação será por vezes incontrolável. As razões para ficar se multiplicarão. Haverá sempre apoiadores do abandono nas horas mais áridas. Daremos à desistência outro nome: engano, mudança, impossibilidade, amadurecimento, sensatez. Daremos à desistência outro dono: data, distância, orçamento, meteorologia, imprevisto, discórdia, traição. Antes de partir, podemos achar que a desistência é uma opção segura. Que os meses seguintes serão como os que passaram. Que a vida seguirá como até então seguiu. Contudo desistir é renunciar à chance de partir. À chance de descobrir que a vida pode ser muito diferente do que ela parece ser. Que nosso peito pode aguentar mais trancos, que nossas mãos podem ser mais precisas, que nossa garganta pode projetar mais vozes, que nossos olhos podem ver mais cores do que achávamos possível. Se soubéssemos o tamanho dos desafios da viagem, nunca partiríamos. E nunca descobriríamos que, de alguma forma, poderíamos vencê-los.

(Adaptado de: KLINK, Tamara. Nós: o Atlântico em solitário. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. p. 9-10)

No trecho *"E nunca descobriríamos que, de alguma forma, poderíamos vencê-los"*, a palavra "forma" classifica-se como

(A) preposição.

(B) conjunção.

(C) advérbio.

(D) adjetivo.

(E) substantivo.

2. (FCC - 2024)

Ideal do filósofo Jean-Jacques Rousseau

A critica às sociedades civilizadas e a idealização do homem primitivo, manifestadas a todo passo nas obras do filósofo Rousseau [1713-1784], foram vistas por muitos intérpretes como a expressão de um desejo de retorno à animalidade. Mas o que o filósofa sempre pretendeu não foi exaltar a animalidade do selvagem, mas sua mais profunda humanidade em relação ao homem civilizado.

O homem, para Rousseau, não se regenera pela destruição da sociedade e com o retorno à vida no meio das florestas. Embora privado, no estado social, de muitas vantagens da natureza, ele soube adquirir outras: capacidade de desenvolver-se mais rapidamente, ampliação dos horizontes intelectuais, enobrecimento dos sentimentos e elevação total da alma. Se os abusos do estado social civilizado não o colocassem abaixo da vida primitiva, o homem deveria bendizer sem cessar O instante feliz que o arrancou para sempre da animalidade e fez de um ser estúpido e limitado uma criatura inteligente. O propósito visado por Rousseau é combater os abusos e não repudiar os mais altos valores humanos.

Os abusos centralizam-se, para ele, na perda da consciência a que é conduzido o homem pelo culto dos refinamentos, das mentiras convencionais, da ostentação da inteligência e da cultura, nas quais se busca mais a admiração do próximo do que a satisfação da própria consciência. Rousseau, em uma palavra, não pretende queimar bibliotecas ou destruir universidades e academias; reconhece a função útil das ciências e das arfes,

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2026)

Os números a seguir encontram-se em ordem crescente.

3; 5; 7; 10; x; 14; y; 26

Se esses números são distintos e sua média aritmética é 12, então

(A) $12 \leq x \leq 13$

(B) $18 \leq y \leq 20$

(C) $17 \leq y \leq 19$

(D) $11 \leq x \leq 12$

(E) $17 \leq y \leq 20$

2. (FCC - 2022)

Em um consultório dentário anota-se diariamente o nome do paciente, o horário de início e término de cada consulta. A tabela a seguir mostra as consultas realizadas em um dia.

Paciente	Início	Término
A	10h45	11h20
B	11h30	12h15
C	14h	14h40
D	15h10	15h40
E	16h05	17h00

O tempo médio, em minutos, de uma consulta foi

(A) 40

(B) 35

(C) 42

(D) 45

(E) 41

3. (FCC - 2026)

Considere uma amostra $x_1, \ldots, x_n$. Sabendo-se que nessa amostra a moda < mediana < média aritmética, então o valor m que minimiza $\sum_{i=1}^{n}(x_i - m)^2$ será

(A) o valor mínimo da amostra.

(B) o valor máximo da amostra.

(C) a mediana amostral.

(D) a moda amostral.

(E) a média aritmética da amostra.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2026)

A Resolução CNJ nº 400/2021 estabelece diretrizes para a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Considerando o artigo 2º, com redação dada pela Resolução CNJ nº 641/2025, os modelos de gestão organizacional devem incorporar diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente as características exigidas para as ações institucionais.

(A) As ações devem priorizar exclusivamente a redução de despesas administrativas e a preservação dos recursos naturais, independentemente dos impactos sociais.

(B) A sustentabilidade deve ser desenvolvida por iniciativas ambientais facultativas, sem necessidade de integração aos processos estruturados de gestão.

(C) As medidas de sustentabilidade devem concentrar-se na eficiência econômica, ficando a inclusão social subordinada à disponibilidade financeira.

(D) As ações devem ser ambientalmente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e inovadoras, pautadas na integridade.

(E) Os órgãos devem adotar medidas sustentáveis apenas nas atividades administrativas, excluindo os processos de contratação e a gestão de pessoas.

2. (2026)

Um tribunal pretende modificar seus procedimentos de aquisição de materiais, buscando reduzir impactos ambientais e melhorar a utilização dos recursos públicos. De acordo com os §§ 1º e 2º do artigo 2º da Resolução CNJ nº 400/2021, a implementação de ações ambientalmente corretas e economicamente viáveis deve considerar determinados pressupostos. Assinale a alternativa correta.

(A) A aquisição de produtos de menor preço deve prevalecer sobre qualquer análise relacionada à necessidade da contratação ou ao ciclo de vida dos materiais.

(B) A redução do consumo, o reaproveitamento, a reciclagem, a revisão dos padrões de consumo e a análise do ciclo de vida dos produtos devem ser associados à eficiência contínua dos gastos e à análise de custo-benefício.

(C) As ações de sustentabilidade ambiental devem ser executadas sem integração com os processos de planejamento financeiro institucional.

(D) A eficiência econômica pressupõe a substituição periódica de equipamentos, mesmo quando ainda apresentam condições adequadas de utilização.

(E) A análise ambiental dos produtos deve limitar-se à destinação final, desconsiderando as etapas anteriores de produção e consumo.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2025)

De acordo com o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

(A) são da competência do Tribunal, exclusivamente, os crimes contra a humanidade, o crime de genocídio e os crimes de guerra.

(B) salvo disposição contrária do Estatuto, nenhuma pessoa poderá ser julgada pelo Tribunal por atos constitutivos de crimes pelos quais este já a tenha condenado ou absolvido.

(C) uma pessoa poderá ser considerada criminalmente responsável, nos termos do Estatuto, por uma conduta anterior a sua entrada em vigor.

(D) se o direito aplicável a um caso for modificado antes ou depois de proferida sentença definitiva, aplicar-se-á sempre a nova regra à pessoa objeto de inquérito, acusada ou condenada.

(E) o Tribunal não será competente para julgar as pessoas físicas que praticarem crimes previstos no Estatuto, não as podendo considerar individualmente responsáveis nem as punir.

2. (FCC - 2025)

De acordo com o Estatuto de Roma - promulgado pelo Decreto nº 4.388/2002, o Tribunal Penal Internacional **NÃO** terá competência para julgar

(A) crimes de guerra.

(B) o crime de agressão, desde que cumpridas as disposições pertinentes.

(C) o crime de tráfico de drogas.

(D) crimes contra a humanidade.

(E) o crime de genocídio.

3. (FCC - 2022)

Ao comparar a tipificação do crime de desaparecimento forçado de pessoas na Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (CIDF) com o estabelecido sobre o mesmo assunto pelo Estatuto de Roma sobre Tribunal Penal Internacional (ERTPI), conclui-se que

(A) no ERTPI, a privação de liberdade da vítima, elemento constitutivo do desaparecimento forçado, é prevista como detenção, prisão ou sequestro de pessoas, ao passo que, no âmbito da CIDF, é tratado de maneira mais ampla, em qualquer de suas formas.

(B) o ERTPI atribui o crime somente ao Estado e seus cúmplices, ao passo que, na CIDF, o crime pode ser praticado tanto por organizações políticas, quanto pelo Estado ou por grupos irregulares, desde que com sua autorização, apoio ou aquiescência.

(C) na CIDF, a conduta incriminadora de privar da liberdade, mediante prisão, detenção ou sequestro, deve ser parte de um ataque generalizado ou sistemático à população civil, enquanto que, para o ERTPI, deverá se dar contra uma pessoa ou grupo de pessoas.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2026)

Um técnico administrativo precisa encontrar rapidamente em seu computador um relatório importante chamado MP-SE.docx que ele salvou na pasta Documentos.

Considerando que ele já está com uma janela do Explorador de Arquivos do Windows 11 aberta em sua área de trabalho, o procedimento para localizar esse arquivo consiste em

(A) navegar manualmente através de todas as pastas no painel lateral, clicando em cada uma para expandir seu conteúdo e verificar se o arquivo está dentro.

(B) pressionar as teclas Ctrl + S para habilitar a barra de procura, digitar MP-SE.docx e na sequência clicar em Procurar.

(C) selecionar a pasta Documentos e utilizar a barra de pesquisa localizada no canto superior direito para digitar o nome completo ou parte do nome do arquivo

MP-SE.docx.

(D) selecionar a opção Modo de Exibição na barra de ferramentas e alterar para Ícones Grandes para visualizar melhor as miniaturas de cada arquivo.

(E) clicar em Novo item para habilitar uma nova procura e digitar MP-SE.docx, na sequência, clicar em Procurar.

2. (FCC - 2025)

No Windows 11, aberto e funcionando em condições ideais, um Técnico Administrativo precisa alterar o navegador web padrão para o Google Chrome.

Para isso, ele acessou a seção Configurações e na sequência clicou em

(A) Aplicativos e recursos, selecionou Google Chrome na lista e clicou em Definir como padrão.

(B) Aplicativos padrão, navegou até a opção Navegadores compatíveis e selecionou Google Chrome.

(C) Aplicativos para sites, navegou até a opção Navegadores compatíveis e selecionou Google Chrome.

(D) Aplicativos, clicou em Aplicativos padrão, localizou e clicou em Google Chrome na lista de aplicativos, e por fim, clicou em Definir padrão.

(E) Aplicativos do Windows, clicou em Aplicativos e recursos, selecionou Google Chrome na lista e clicou em Definir como padrão.

3. (FCC - 2025)

No Windows 11, para facilitar o acesso, pastas podem ser fixadas no Acesso Rápido do Explorador de Arquivos clicando-se

(A) no menu Arquivo e na opção Fixar no Acesso rápido.

(B) com o botão direito do mouse sobre o nome da pasta e selecionando a opção Fixar no Acesso rápido.

(C) no menu Opções e na opção Fixar no Acesso rápido.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2021)

A modificação constitucional em que não há vontade de alterar o texto, mas é reflexo da sociedade sobre a qual este incide, é conhecida como

(A) revisão constitucional.

(B) mutação constitucional.

(C) interpretação constitucional.

(D) reforma constitucional.

(E) concordância prática constitucional.

2. (FCC - 2024)

Em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, dentre outros:

(A) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; não concessão de asilo político; igualdade entre os Estados.

(B) independência nacional; não intervenção; não concessão de asilo político.

(C) prevalência dos direitos humanos; não integração cultural dos povos da América Latina; intervenção.

(D) repúdio ao terrorismo; intervenção; defesa da paz.

(E) repúdio ao racismo; solução pacífica dos conflitos; autodeterminação dos povos.

3. (FCC - 2022)

Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil:

(A) Liberdade de expressão.

(B) Pluralismo político.

(C) Prevalência dos direitos humanos.

(D) Liberdade de associação.

(E) Livre iniciativa.

4. (FCC - 2025)

Considere a ConstituiçãoFederal de 1988 para responder à questão.

Fernando possui uma pequena propriedade rural, assim definida em lei. Considerando que Fernando tenha débitos decorrentes de sua atividade produtiva, com base apenas nas informações fornecidas, seria proeminente que

(A) será objeto de penhora para pagamento dos débitos mencionados, ainda que trabalhada pela família.

(B) não será objeto de penhora para pagamento dos débitos mencionados, desde que trabalhada pela família.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2024)

Considere os seguintes princípios e descrições:

Princípios	Descrições
I. Indisponibilidade do interesse público. II. Supremacia do interesse público. III. Continuidade do serviço público.	1. Envolve a possibilidade, nos termos da lei, de constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais. 2. Importa que o próprio órgão que representa os interesses, não os titula, cabendo-lhe apenas a curadoria, segundo a *intentio legis.* 3. Consagra a ideia de que a Administração Pública é fruto da submissão do Estado à Lei e somente conforme ela pode ser exercida.

Representa a associação entre princípios e descrições:

(A) **I - 1 e III** - 2

(B) **I - 2 e II -** 1.

(C) **II - 3 e III -** 1.

(D) **I - 3 e II -** 2.

(E) **I - 1 e III** - 3

2. (FCC - 2025)

No que concerne aos princípios que regem a atuação da Administração Pública, tem-se que o princípio da

(A) segurança jurídica é superior ao princípio da legalidade e tem como escopo evitar a sobreposição de leis editadas por diferentes entes federados, tendo sido positivado a partir da divisão em competências legislativas previstas na Constituição Federal.

(B) moralidade demanda sempre uma ponderação com o principio da legalidade, ao qual se sobrepõe em termos de precedência, sendo que um ato que não atenda à moralidade também não observa à legalidade estrita.

(C) legalidade afasta o denominado princípio da reserva da administração é demanda autorização legislativa para todas as ações da Administração, dado que ao poder público somente é permitido fazer o que a lei autorize,

(D) proporcionalidade predica que ninguém deve estar obrigado a suportar constrições em sua liberdade ou propriedade que não sejam indispensáveis à satisfação do interesse público,

(E) economicidade aplica-se exclusivamente às empresas públicas e sociedades de economia mista, tendo em vista ter sido inserido em nosso sistema jurídico por emenda à constituição no bojo da reforma administrativa.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2025)

Gilson é trabalhador urbano, Paula é trabalhadora rural e Heloísa é trabalhadora doméstica. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, são direitos de Gilson, Paula e Heloísa, além de outros que visem a melhoria de sua condição social,

(A) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

(B) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; fundo de garantia do tempo de serviço; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias.

(C) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.

(D) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; remuneração do trabalho ,noturno superior à do diurno; repouso semanal remunerado, sempre aos domingos.

(E) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; e décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

2. (FCC - 2025)

A Constituição Federal de 1988 assegura aos trabalhadores domésticos diversos direitos, dentre os quais

(A) proteção em face da automação, na forma da lei, e ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

(B) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

(C) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei, e adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

(D) garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável e o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

(E) proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos e jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2025)

A Editora História dos Sonhos Ltda. foi intimada para apresentar Impugnação aos cálculos de liquidação apresentados em uma reclamação trabalhista em que foi condenada ao pagamento de verbas rescisórias. A intimação foi realizada exclusivamente pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe). No prazo estabelecido, a empresa não apresentou a impugnação e os cálculos apresentados pela reclamante foram homologados. Alegou que não acessou o sistema em tempo hábil porque o responsável pelo acompanhamento dos processos estava em férias, que a intimação deveria ter sido publicada no diário oficial e requereu a devolução do prazo para apresentar a impugnação.

Com base na legislação e nas regras aplicáveis ao PJe na Justiça do Trabalho,

(A) a ausência de impugnação pela empresa não poderia implicar na imediata homologação dos cálculos da reclamante, pois as intimações lançadas no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) podem ser consultadas no prazo de até 60 dias contados da data do envio da intimação.

(B) o fato de o responsável pelo acompanhamento do PJe em nome da empresa estar em férias, desde que comprovada a alegação, Impede a homologação dos cálculos da reclamante, devendo o prazo de 10 dias para consulta ter inicio após o término das férias do responsável.

(C) a empresa não poderia requerer a devolução do prazo, mas poderia alegar a nulidade da intimação, pois as comunicações processuais no PJe exigem dupla garantia: publicação em diário oficial e disponibilização no sistema eletrônico.

(D) a intimação realizada exclusivamente pelo PJe é válida e dispensa publicação em diário oficial ou qualquer outra forma de comunicação.

(E) a ausência de impugnação pela empresa não poderia implicar na imediata homologação dos cálculos da reclamante, pois o juiz deveria nomear perito contábil para apuração do valor da condenação, determinando intimação da reclamada para manifestação sobre os cálculos periciais.

2. (FCC - 2025)

De acordo com a Lei que dispõe sobre a informatização do processo judicial e regula o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais,

(A) os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria ou encaminhados por meio de protocolo integrado judicial nacional no prazo de 10 dias contado do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

(B) as notificações e intimações para a Fazenda Pública serão feitas por meio eletrônico, mas a sua citação deve ser feita diretamente ao seu representante legal, visando a proteção do interesse público.

(C) quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados somente até as 23 horas e 59 minutos do último dia.

(D) se o Sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivo técnico, a Presidência do Tribunal respectivo deve divulgar Portaria fixando os critérios para prorrogação dos prazos.

(E) os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos deverão ser certificados, quanto à sua autenticidade, pelo advogado da parte, sob pena de serem desconsiderados.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2022)

Consiste em causa de incapacidade total, conforme alterações do Código Civil pela Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência,

(A) os ébrios habituais.

(B) os menores de 16 anos.

(C) os viciados em substâncias psicoativas.

(D) os pródigos.

(E) aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.

2. (FCC - 2021)

Em relação ao direito ao nome e à possibilidade de alteração,

(A) a negativa de registro de nome vexatório pelo Cartório de Registro Civil será necessariamente encaminhada para apreciação judicial, sem a cobrança de emolumentos.

(B) a inclusão de nome étnico de indígena pode ser postulada diretamente no Cartório de Registro Civil, não podendo, contudo, excluir os nomes e prenomes originais, com o objetivo de não prejudicar terceiros.

(C) os agentes públicos deverão respeitar a identidade de gênero e tratar a pessoa pelo nome social por ela indicado; porém, nos atos escritos em documentos públicos deve ser registrado somente o nome constante do registro civil.

(D) a revelia da mulher na ação de divórcio não implica necessariamente na procedência do pedido de alteração do nome promovido pelo marido para o uso do nome de solteira, por se tratar de direito da personalidade.

(E) de acordo com orientação do Supremo Tribunal Federal, a alteração de prenome da pessoa transgênero não depende de cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes; contudo, pressupõe parecer de equipe multidisciplinar.

3. (FCC - 2021)

José Ferreira, pescador, mora em comunidade ribeirinha às margens do Rio Purus, no Estado do Amazonas. Ele habitualmente sai com sua embarcação, sozinho, no início da semana e retorna após alguns dias de pesca. Todavia, após sua última saída, não retornou como fazia habitualmente. Os familiares procuraram as autoridades e fizeram buscas nos trechos que ele costumava pescar, mas não foi encontrado nenhum sinal dele ou de sua embarcação. Depois de quase um ano sem nenhuma notícia do seu paradeiro, os familiares procuraram a Defensoria Pública para informações sobre como poderiam proceder diante desta situação, pois ele deixou alguns bens e herdeiros, mas não há nenhum representante ou mandatário. À luz de tais elementos, o/a defensor/a deverá indicar que haverá a necessidade de

(A) ajuizar ação judicial para a declaração de ausência, mediante arrecadação dos bens e nomeação de curador neste primeiro momento.

(B) instaurar procedimento administrativo para a declaração de ausência, mediante arrecadação dos bens e nomeação de curador.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2026)

Elias foi atropelado por um veículo terrestre e, em razão disso, deseja ingressar com ação de reparação de danos em face do motorista causador do acidente.

Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, é competente o foro

(A) do domicílio do réu ou do local do fato.

(B) do domicílio do autor ou do local do fato.

(C) da capital do respectivo ente federado.

(D) do domicílio do réu, exclusivamente.

(E) do local de registro do veículo.

2. (FCC - 2022)

Alcides reside em Fortaleza mas possui imóvel em Juazeiro do Norte, que foi invadido por terceiro. Para se ver reintegrado na posse, deverá ajuizar ação na Comarca

(A) de Juazeiro do Norte, que possui competência absoluta para julgamento do processo.

(B) de Fortaleza, que possui competência absoluta para julgamento do processo.

(C) de Juazeiro do Norte ou Fortaleza, à sua escolha, por se tratar de hipótese de competência relativa.

(D) do domicílio do réu, ainda que não se trate de Fortaleza ou de Juazeiro do Norte, tratando-se de hipótese de competência absoluta.

(E) de Juazeiro do Norte ou do domicílio do Réu, à sua escolha, por se tratar de hipótese de competência relativa.

3. (FCC - 2022)

A respeito da capacidade processual, personalidade jurídica e capacidade postulatória, considere as assertivas abaixo:

I. Toda pessoa que se encontre no exercício pleno de seus direitos tem capacidade de assumir a posição processual de autor ou réu.

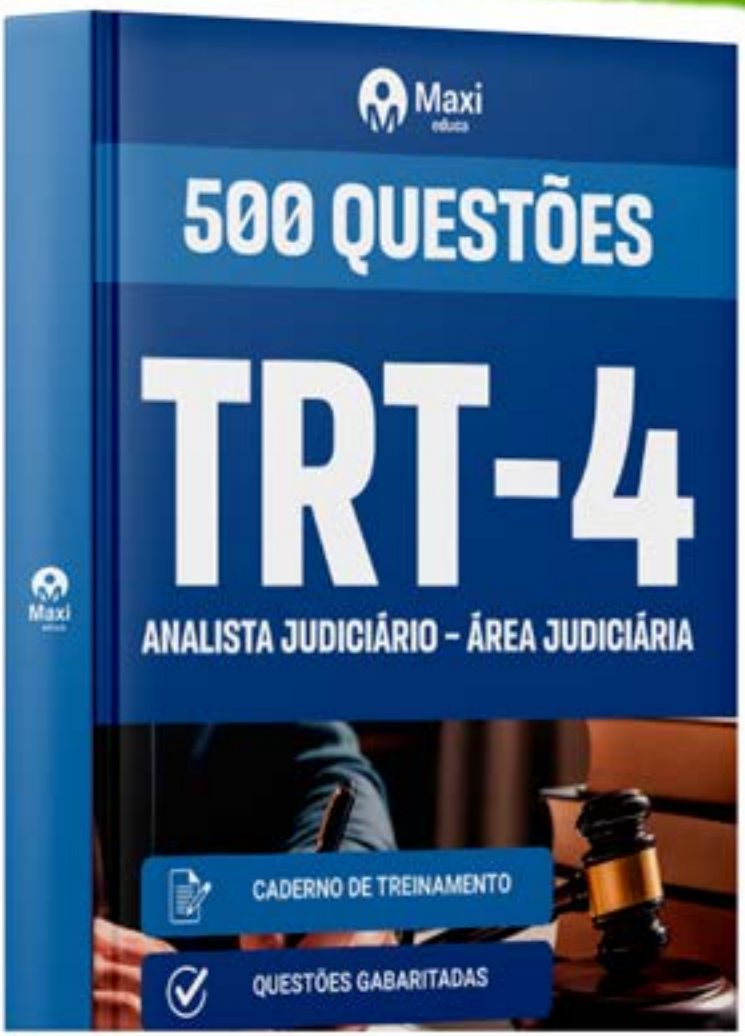
II. Verificada a incapacidade processual do autor, o juiz imediatamente julgará o processo extinto.

III. O legislador não confere personalidade jurídica ao espólio de pessoa falecida, a despeito de se reconhecer que tenha capacidade de figurar no polo ativo ou passivo de processo judicial.

IV. O ordenamento jurídico confere a capacidade postulatória apenas ao advogado, desde que regularmente inscrito na OAB.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!